

## Legado de Bolsonaro inclui recordes de pobreza, desigualdade e fome

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Para articulista, improvisos, hesitações e falsos diagnósticos explicam a atual regressão dos indicadores sociais. Pobreza avançou de forma avassaladora no Brasil, escreve José Paulo Kupfer; na imagem, o MTST protesta contra a fome em praça de alimentação do shopping Iguatemi, localizado em área nobre de São Paulo. Números estarrecedores comprovam a deterioração —para não dizer logo a degradação— das condições de vida no Brasil atual, sobretudo para as populações da parte de baixo da pirâmide de renda. Pobreza, fome e desigualdade avançaram, de forma avassaladora e impiedosa, ao longo do governo de Jair Bolsonaro (PL). Não há pandemia, guerra na Ucrânia, STF, governadores ou o que seja que retire de Bolsonaro e de seu governo a culpa pela degradação. A pobreza, a fome e a desigualdade avançaram aceleradamente, nos últimos anos, a partir das vacilações em transferir renda em volume suficiente e pelo tempo necessário às populações vulneráveis, em combinação com os desarranjos econômicos que desembocaram numa inflação de 2 dígitos, puxada pela elevação dos preços dos alimentos —logo alimentos, dos quais o Brasil é um produtor campeão mundial. Levantamentos da FGV Social, com base nas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE, indicam os descabimentos. Mais de 23 milhões de cidadãos, que somam 10,8% da população, se encontravam abaixo da linha de pobreza em fins de 2021. Outros 12,5 milhões, representando 5,9% dos brasileiros, viviam em situação de extrema pobreza. É um salto em relação a 2020, quando houve recuo expressivo no contingente de pobres e muito pobres. O número de pobres recuou de 9,2% da população em 2019 para 7,6% em 2020, enquanto na extrema pobreza descia de 5,3% a 4,2%, em 2019. A explicação para esse recuo também explica por que a falta de ações governamentais eficazes no combate à pobreza é a causa de seu avanço. A queda nos números da pobreza e da extrema pobreza está diretamente associada ao auxílio emergencial de R\$ 600 mensais, que, ao longo de 2020, beneficiou 68 milhões de pessoas. Não, não foi o governo Bolsonaro que determinou o auxílio. Foi o Congresso, depois das hesitações da equipe econômica, acompanhadas pelo presidente. Recorde-se que o ministro da Economia, Paulo Guedes, insistia num auxílio de R\$ 250 mensais, para menos da metade da população enfim beneficiada. O fim do auxílio mais generoso, aliado à demora do governo em retomar algum tipo de transferência de renda, estão na origem da nova disparada dos níveis de pobreza em 2021. O levantamento da FGV Social constata que o número de pobres avança mais de 40% em 8 meses, de agosto de 2020 a março de 2021, saltando de 3,9% do total da população para 13,2%. De acordo com a FGV Social, a renda mensal dos 10% mais pobres, que caíra de R\$ 114, em novembro de 2019, para R\$ 52, em março de 2020, no limiar da 1ª onda de covid-19, aumentou mais de 4 vezes em agosto de 2020, quando alcançou o pico histórico de R\$ 215. Já em janeiro de 2021, com a suspensão dos auxílios, retrocedeu para R\$ 55. Para entender a gangorra, cabe recordar que, em novembro de 2020, o então secretário de Política Econômica, do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, hoje ministro de Minas e Energia, considerou serem “baixíssimas” as chances de uma 2ª onda de covid-19 no Brasil. Essa avaliação, que se mostrou escandalosamente falsa, está na origem da demora em retomar o auxílio e no baixo valor definido —em média R\$ 250 mensais. O vaivém dos indicadores de pobreza é também culpa do imprevisto e das vacilações das políticas oficiais. Esse imprevisto tem produzido graves prejuízos para a eficácia das políticas de combate à pobreza e outras de natureza social. Um exemplo é o que a situação do Cadastro Único, a poderosa ferramenta construída e aprimorada desde o início dos anos 2000, e que passa por uma etapa de solapamento no governo Bolsonaro. Mudanças na forma de cadastrar beneficiários estão ameaçando a capacidade de oferecer informações precisas e detalhadas, indispensáveis para o desenho de políticas sociais eficazes, conforme relatam 5 ex-diretoras do Cadastro Único, em artigo publicado na Folha de S. Paulo, em 9 de junho. Não só a pobreza, mas também a

desigualdade voltou a se acentuar, no Brasil de Bolsonaro. Desde 2016 e até 2019, o índice de Gini, o indicador padrão das diferenças de renda (quanto mais perto de 1, maior a concentração de renda), vinha aumentando. Mas, com o auxílio emergencial de R\$ 600, em 2020, retornou ao nível de 2016, de 0,53. Já em 2021, a desigualdade voltou a avançar, alcançando o índice de 0,55. Além da pobreza e da desigualdade, com Bolsonaro, a fome foi outro drama social que voltou a assombrar contingente maior de brasileiros. A dramática combinação de maior pobreza e explosão dos preços dos alimentos fez o espectro da fome alcançar novos recordes. Pesquisa da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), realizada entre novembro de 2021 e abril de 2022, indicou a existência de 33 milhões de brasileiros vivendo em situação de fome. Trata-se de uma evolução tenebrosa e acelerada. Em 2018, 10,3 milhões de pessoas não tinham o que comer. Em abril de 2020, ainda no início da pandemia, já eram 19 milhões. De lá para cá, 23 milhões entraram na estatística vergonhosa da falta de comida, numa lamentável regressão aos anos 90 do século passado, como indicaram os autores da pesquisa. O Auxílio Brasil em vigor, que alcança 18 milhões de pessoas e transfere R\$ 400 mensais, está sendo comido pela inflação.

